

Por uma perspectiva social e política de Gênero e sexualidade¹

For a social and political perspective of Gender and Sexuality

Oscar Guasch Andreu²

*Sociólogo, professor da Universidade de Barcelona
oscardguasch@ub.edu*

Tradução: **Elias Ferreira Veras**
*Historiador, Doutorando (Bolsista CAPES),
Universidade Federal de Santa Catarina
eliashistoria@yahoo.com.br*

Revisão: **Maria Fernanda Vásquez Valencia**
*Historiadora, professora da Universidade de Antioquia
mfdavasquez@gmail.com*

A large, stylized black number 2 is positioned on the right side of the page. The background consists of numerous thin, vertical grey lines that create a textured effect. The number 2 is bold and has a classic, slightly decorative font style.

Resumo

Neste artigo, o sociólogo espanhol Oscar Guasch problematiza as categorias gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva social e política. O autor defende que as Ciências Sociais produzam suas próprias ferramentas críticas que possam desmontar e revisar as concepções de gênero e de sexualidade inventadas pelas ciências da saúde (Medicina) e da conduta (Psicologia). Tal abordagem insere-se no campo da Sociologia da Sexualidade na Espanha, no qual Guasch desenvolve suas pesquisas sobre homossexualidade, gênero e masculinidade.

Palavras-Chave: Sociologia da Sexualidade. Gênero. Sexualidade.

Abstract

In this article, the Spanish sociologist Oscar Guasch problematizes the categories of gender and sexuality from a social and political perspective. The author argues that Social Science may produce their own critical tools to dismantle and revise the concepts of gender and sexuality studied by health (medicine) and conduct sciences (Psychology). This approach is embedded in the field of Sociology of Sexuality in Spain in which Guasch develops his research on homosexuality, gender and masculinity.

Keywords: Sociology of Sexuality. Gender. Sexuality.

¹ Publicação original: Guasch Andreu, O. Género y sexualidad: Una perspectiva social y política. *Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura*, (España), n. 67, 2005, p. 23-32. Texto traduzido com a permissão do autor. Originalmente, este texto foi elaborado durante atividades do autor no Laboratorio Iberoamericano para el estudio de las sexualidades del Ministerio de Ciencia e Innovación (contract: FEM2011-27295)".

² Historiador e sociólogo espanhol, professor titular da Universidade de Barcelona. Escreveu, entre outros livros, a trilogia da sexualidade composta por *La Sociedad Rosa* (1996), *Héroes, científicos, heterosexuales y gays: Los varones en perspectiva de género* (2006) e *La crisis de la heterosexualidad* (2007). Suas pesquisas contribuem de modo significativo para a configuração da sociologia da sexualidade e do campo da história das homossexualidades e das masculinidades na Espanha.

As definições que as ciências sociais elaboram da realidade são específicas e não dependem de outras disciplinas. A maioria dos conceitos sobre sexualidade humana inventados pelas ciências da saúde e da conduta (como perversão sexual, sadomasoquismo, heterossexualidade, zoofilia, pederastia, etc.) não tem tradução nas ciências sociais e seu emprego acrítico implica grandes equívocos. As ciências sociais criam seus próprios conceitos e, se utilizam conceitos de outras disciplinas para facilitar o diálogo, devem antes redefini-los, desmontá-los e revisá-los. As noções de perversão sexual, sadomasoquismo, heterossexualidade, zoofilia e pederastia (entre muitas outras) são inventos psiquiátricos do século XIX, ou seja, não são universais e a-históricos. São artefatos culturais (e sociais, se preferimos) que emergem em um contexto político e econômico específico: a Revolução Industrial.

Nestas páginas se assume a perspectiva nominalista segundo a qual a realidade humana existe somente depois de ser nomeada. Isto é, nem a sexualidade hegemônica (também chamada heterossexualidade), nem seus desvios (que a medicina chama de perversões), existem antes de serem inventadas. Tampouco existem antes que o Ocidente as tenham exportado mediante o colonialismo e seus efeitos.

Depois do Século das Luzes, as ciências da saúde e da conduta reúnem e argumentam de forma científica a perspectiva moral judaico-cristã da sexualidade. Em termos de *marketing*, trata-se da clássica estratégia para relançar um produto que perde espaço no mercado. Muda-se a embalagem de modo que a psiquiatria substitui a explicação religiosa, mas os conteúdos se cruzam e os antigos preconceitos são reproduzidos. As ciências sociais rompem com este ponto de vista porque possuiu sua própria tradição intelectual e partem da premissa de que o normal, o patológico, o saldável ou o reprovável têm sempre seus contextos. As reflexões do presente artigo se baseiam nos aportes teóricos e conceituais apresentados por diversos autores da sociologia da sexualidade da Espanha.³

História da sexualidade: definição e características

O conceito de sexualidade, como o de gênero, é um instrumento de análise. O segundo nasce como consequência da luta das mulheres contra o patriarcado; o primeiro aparece quando o discurso médico substitui o discurso

³ Cf. Raquel Osborne y Oscar Guasch (eds). *Sociología de la sexualidad*, Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, 2003; Oscar Guasch y Olga Viñuales (eds), *Sexualidades, Diversidad y control social*, Barcelona, ed. Bellaterra 2003; Oscar Guasch, *La crisis de la heterossexualidad*, Barcelona, Allertes, 2000; Oscar Guasch (coord.) *Sociología de la sexualidad*, Barcelona, Pórtico, 2002.

judaico-cristão na gestão social dos prazeres e do corpo. As categorias sexualidade e gênero são conceitos instrumentais para a análise política e social que permitem pensar as relações sociais, sua estrutura e seu marco simbólico.

As ciências sociais mostram que as relações entre sexo (macho e fêmea) e gênero são sempre indiretas e estão mediadas pela cultura. Contudo, não obtiveram o mesmo êxito social com relação ao conceito de sexualidade. Com exceção de alguns poucos círculos acadêmicos, nossas sociedades continuam pensando a sexualidade a partir de uma perspectiva essencialista, como se esta tivesse uma relação direta com a natureza. A categoria sexualidade é um instrumento relevante para as ciências sociais, sempre e quando definida a partir de uma perspectiva sociológica e, para tal, é preciso lembrar os precursores desse ponto de vista.

Marquês de Sade, Sigmund Freud, George Bataille, Wilhen Reich e os freudianos-marxistas (cada um com suas próprias matrizes teóricas) fundam, desenvolvem e argumentam a *hipótese repressiva*. Segundo esta, as sociedades limitam (sobretudo, mediante proibições) o natural desenvolvimento erótico e emocional de seus membros. Michel Foucault responde a esta hipótese com a *hipótese da regulação*, afirmando que as sociedades, mais do que proibir, regulam as condições de existência social e pessoal do erotismo.⁴ Uma definição social da sexualidade autônoma e independente de outras disciplinas, operativa para as ciências sociais, se dá no marco dessa tradição intelectual.

A sociologia entende a sexualidade como uma estratégia de controle social que regula o desejo erótico, uma vez que este é perigoso para a ordem social. Partindo desse ponto de vista, a sexualidade é conservadora, porque sua função não é tanto a reprodução demográfica dos grupos sociais, mas a reprodução da ordem política que os sustenta.

A sexualidade é universal porque em todas as partes existem normas que regulam o desejo erótico.⁵ Este último, como o apetite, é um universal humano. No entanto, o modo como se sacia a fome não é igual em todas as partes. As normas e os significados que regulam a alimentação humana constituem a gastronomia. Por sua vez, aquelas que regulam o desejo erótico produzem a sexualidade. Não é tarefa sociológica responder se o desejo erótico é ou não pré-social; mas averiguar o modo através do qual os distintos grupos humanos gerenciam suas manifestações sociais.

⁴ Ver FOUCAULT, 2009 (N.T.)

⁵ Ken Plummer, La diversidad sexual: una perspectiva sociológica, en José Antonio Nieto (ed), *La sexualidad en la sociedad contemporánea: Lecturas antropológicas*, Madrid, Fundación Universidad Empresa, 1991.

O desejo erótico é perigoso para a ordem social porque permite pensar e imaginar (e, em consequência, fazer com que existam), relações e realidades sociais não previstas pelo sistema normativo. A paixão erótica⁶ possibilita relações intergeracionais, intergêneros, interclassistas ou interracialis que ameaçam a ordem estabelecida.

A função social da sexualidade é regular as condições de existência social e pessoal de tais erotismos: fazê-los clandestinos, estigmatizá-los e negá-lhes o reconhecimento social; ou, pelo contrário, fomentá-los e dar-lhes cobertura institucional e legal. Para regular, a sexualidade proíbe⁷ mas também prescreve.

O modelo sexual hegemônico nas sociedades ocidentais

A sexualidade é universal, porém a heterossexualidade, não. A heterossexualidade é um evento da psiquiatria do século XIX, que põem a disposição da burguesia um instrumento moral através do qual se *higieniza* a sociedade. É preciso entender a difusão e a socialização exitosa da heterossexualidade no marco dos processos de racionalização das sociedades ocidentais derivados da Revolução Industrial. A heterossexualidade é o modelo sexual dominante nas sociedades ocidentais.

As ciências da saúde e da conduta definem a heterossexualidade como uma orientação sexual, porém a perspectiva sociológica a pensa como um estilo de vida. Sem dúvidas, trata-se de um estilo de vida que se transformou durante os últimos séculos. A heterossexualidade clássica é uma forma de organizar as relações pessoais baseada em monogâmias estáveis (quase sempre de tipo matrimonial) compreendidas como primeiro passo para o desenvolvimento de um núcleo familiar.

No imaginário associado ao estilo heterossexual clássico (até os anos de 1960), estar solteiro era uma opção dos homens, mas do que das mulheres. Sobretudo, porque nessa etapa as mulheres utilizam a hipergâmia como estratégia de mobilidade social ascendente.

A heterossexualidade tem gênero. Por um lado, interpreta, mede e qualifica a sexualidade das mulheres usando critérios masculinos (ao utilizar o orgasmo como unidade de medida). Por outro, porque reproduz a misoginia

⁶ Anthony Giddens, *La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas*, Madrid, Cátedra, 1995.

⁷ A palavra utilizada na versão original é *proscribe*, que entre outros significados, que dizer excluir ou proibir um costume ou uso de algo. Embora nossa tradução conserve o sentido original – de interdição –, o trocadilho entre *proscribe* e *prescribe*, da versão em espanhol, desaparece (N.T.).

herdada da tradição judaico-cristã (ainda que a interprete desde um ponto de vista médico, a partir das categorias de frígida e ninfomaníaca).

A heterossexualidade é resultado de um ideal normativo e emocional baseado no mito romântico que associa matrimônio e amor. Ela nasce no século XIX com a instauração do casal malthusiano, sendo funcional e hegemônica até metade dos anos de 1960 do século XX. A partir desse momento, entra em crise⁸, ainda que permaneça como modelo mítico na atualidade. O amor romântico é uma estratégia de controle social que persiste em manter as mulheres em seu estado subalterno. No estilo heterossexual, as mulheres sacrificam seus próprios interesses por amor aos seus maridos e às suas famílias. E ainda mais, não devem ter outros objetivos, que não sejam os da família.

Quando as críticas feministas questionam este processo, a heterossexualidade se fratura, dispara o número de divórcios, as maternidades solitárias ou lésbicas e a opção pela solteirice. A heterossexualidade persiste como modelo mítico somente nos momentos na qual está vinculada ao consumo: despedidas de solteiros, casamentos, batizados, comunhões, reis magos, “que os meninos e as meninas tenham de tudo”, a hipoteca do apartamento, dos automóveis, a casa de verão, etc. Mais do que uma orientação sexual, a heterossexualidade é um estilo de consumo que os antigos perversos (em especial, os homossexuais), também reclamam para si. Um exemplo disso é a institucionalização do matrimônio gay.

Os limites sexuais das identidades de gênero

Antes de se converter em estilo de vida, a heterossexualidade é uma função latente (uma consequência não prevista ou, se preferimos, um efeito secundário) da invenção psiquiátrica da homossexualidade. Esta última é uma forma médica, científica e erudita de homofobia que marca as fronteiras de gênero nos homens (do mesmo modo que a *puta* define os limites de gênero para as mulheres). Dolores Juliano explica bem esta última questão.⁹ A homossexualidade das mulheres tem menos impacto porque suas práticas transgridem normas sociais menos relevantes. Esta não questiona a filiação, tampouco o controle que os homens exercem sobre as mulheres.¹⁰

⁸ Guasch desenvolve, de modo central, este argumento no livro *La crise de la heterosexualidad* (N.T.)

⁹ Dolores Juliano. Modelos de gênero a partir de sus límites: la prostitución, en Diana Marre (eds.). *Multiculturalismos y género: Un estudio interdisciplinar*. Barcelona, ed. Bellaterra, 2001.

¹⁰ Olga Viñuales. *Identidades lésbicas*, Barcelona, ed. Bellaterra, 1999.

Pode-se estabelecer uma analogia entre o modo que as sociedades escravistas consideram a sexualidade dos escravos e o modo como o patriarcado define a sexualidade entre as mulheres. Escravos e mulheres são grupos subalternos e suas atividades internas (e também sexuais) tem efeitos limitados porque são infantilizados por seus amos. Em nossa sociedade, a sexualidade dos homens é a sexualidade hegemônica; por isso a invenção da homossexualidade os afeta mais do que as mulheres. A heterossexualidade tem gênero porque é um artefato masculino.

O medo que os homens sentem da homossexualidade ajuda a entender porque não existe um movimento social de amplo alcance (como o movimento feminista) que questione os papéis e os significados sociais previstos para eles. Realizar tais críticas implica questionar a heterossexualidade dos homens e, conseqüentemente, degradá-los ao status de *maricas*¹¹, algo que poucos homens estão dispostos a assumir.

Ninguém quer ser *marica*, nem mesmo os homossexuais; e quando estes assumem sê-lo, o fazem de forma temporária e transitória: em contextos carnavalescos definidos pelo espetáculo social e televisivo. O *marica* passa por um processo de mobilidade social ascendente e se converte em *gay*. Como novo rico, o *gay* tenta ocultar seu passado (o sexo nos banheiros públicos, nos *darkrooms*, a pobreza cultural e econômica, os insultos recebidos na cidade pequena etc.). Diante da renúncia *gay* ao *marica*, este está a disposição de qualquer grupo social que queira usá-lo como referente, porém, nem o grupo de homens nem o movimento *gay* hegemônico parecem dispostos a reivindicá-lo. Tampouco os movimentos feministas dominantes são capazes de pensar a categoria social de *puta* como instrumento que questione as fronteiras de gênero que o patriarcado prevê para as mulheres. Raquel Osborne reflete sobre esta questão.¹² As dificuldades feministas para assumir as putas como vanguarda das estratégias de liberação do gênero condenam as mulheres a cumprir com as expectativas que o patriarcado prevê para elas.¹³ O mesmo acontece com os homens, incapazes de imaginar que até mesmo a categoria de *marica* pode ser um destino desejável, sobretudo, libertador.

¹¹ No Brasil o termo *veado*, injúria dirigida aos homossexuais, principalmente aos afeminados, se aproxima dos significados que o termo *marica* tem na Espanha. Contudo, optamos por não traduzir o termo *marica*, uma vez que o texto analisa, sobretudo, a realidade espanhola (N.T.)

¹² Raquel Osborne (ed). *Trabajador@s del sexo*. Derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI, Barcelona, ed. Bellaterra, 2004.

¹³ O livro *Manifiesto Puta*, escrito pela transexual espanhola Beatriz Espejo, apresenta um polêmico debate com as feministas abolicionistas que condenam o trabalho sexual. Espejo argumenta que a puta seria aquela que experimenta seu corpo e sua sexualidade de modo mais libertador, sem se submeter, por exemplo, à prostituição que o casamento monogâmico pode representar para as mulheres (N.T.).

Entre a segunda metade do século XIX e o final do século XX, a homossexualidade e a heterossexualidade se configuram, primeiro, como categorias médicas e, depois, como categorias sociais. Na década de 1970, a Associação Americana de Psiquiatria inicia um processo de despatologização da homossexualidade, que culmina em 1990, quando a Organização Mundial da Saúde afirma que a homossexualidade não é uma patologia.¹⁴

Homossexualidade e heterossexualidade são categorias psiquiátricas que, se aplicamos a lógica médica que as criou, já não existem (embora seu uso social continue vigente). É preciso entender a história destas categorias dentro do seu contexto histórico de invenção, do mesmo modo, que é necessário evitar seu emprego além dos limites de nossas sociedades. Não obstante, é possível pensar uma história da homofobia que seja anterior à invenção da homossexualidade.

Existem diversas definições de homofobia.¹⁵ Neste texto, apresentam-se duas: homofobia simples (que representa o medo da homossexualidade) e homofobia complexa (que significa o pânico que os homens têm de amarem outros homens). A homofobia complexa necessita de uma análise mais detalhada.

Nossas sociedades toleram que os homens estabeleçam relações de compromisso (inclusive de dependência emocional) com todo tipo de pessoa, exceto entre eles mesmos. Para cumprirem as expectativas de gêneros que lhes são atribuídas, para serem autônomos e independentes, os homens devem assumir o controle e tomar a iniciativa (seja esta política, sexual ou econômica). Porém, para que este controle seja possível, os compromissos afetivos somente podem ser estabelecidos com pessoas pertencentes aos grupos subalternos (mulheres, *maricas* ou seus equivalentes estruturais). Contudo, essa dependência é relativa. Os homens esquivam-se da dependência emocional e simbólica das mulheres através do adultério, uma prática muito mais comum entre eles; o adultério funciona como um instrumento que permite contornar os compromissos pessoais e a dependência emocional das mulheres.

Enquanto nas relações com os *maricas*, devemos levar em consideração que o imaginário social hegemônico não prevê as relações entre homens a menos que elas produzam o controle de uns sobre outros. Este último costuma expressar-se através das categorias ativo e passivo, aplicadas às

¹⁴ Antoni Adam Donat. La psiquiatría ante la desmedicalización de la homosexualidad: el ejemplo americano. In: José Martínez-Pérez (coord.). *La medicina ante el nuevo milenio: una perspectiva histórica*. Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2004.

¹⁵ Daniel Borrillo. *Homofobia*, Barcelona, ed. Bellaterra, 2001.

relações sociais-sexuais que os homens estabelecem entre si, de modo que se atribui ao primeiro o controle e a iniciativa como condições que definem e fixam a condição de homem, *comme il faut*¹⁶.

Nossos códigos sociais permitem pensar as relações sexuais dos homens ativos, com outros não ativos, como anedotas; para isso, usam diversos recursos que destacam a ocasionalidade e a excepcionalidade dessas relações: explicando-as como fruto da puberdade, resultado de estados de embriaguez ou consequência de circunstâncias particulares como o carnaval, a prisão ou o quartel. Amar os outros homens é uma anedota que os “homens de verdade”, os ativos, utilizam às vezes para se afirmar a si mesmos. São argumentos frequentes nas prisões, nos quartéis e em outros contextos masculinos: “nenhum homem pode afirmar que é “homem de verdade” até que tenha dado o cu e que não tenha gostado”. O que no homem ativo é uma anedota, no passivo é vida cotidiana, por isso constitui um equivalente estrutural com as mulheres, que, ao final, é o motivo para que os homens de verdade não os/as levem a sério.

As fronteiras de gênero que enquadram os homens criam personagens sociais particulares, derivados de tais premissas: onde antes estava a *marica*, agora está o gay; ambos implicam uma infantilização *hétéroreal*¹⁷ do amor entre homens. Deve-se entender a atual função social dos gays na Espanha, de modo análogo aquela que tiveram os *maricas* durante o franquismo tardio e a Transição.¹⁸

O *marica* é um desvio funcional porque permite aos homens (seja qual for sua opção sexual), afirmar seus papéis de gênero a partir da negação. Tanto as atitudes como os desejos do *marica* são pensados de modo análogo aos das mulheres. A sociedade espanhola do franquismo tardio espera que o *marica* seja limpo, ordenado, higienizado, educado, vaidoso, e, sobretudo, que seja hábil nas tarefas domésticas (como limpar, cozinhar e cuidar das suas mães velhas e viúvas), consideradas impróprias para um homem. Se espera do *marica* o mesmo que se espera das mulheres: domesticidade. O sistema adjudica aos *maricas* os mesmos marcadores de gênero das mulheres. Diante da forma *hétéroreal* de perceber, pensar e apresentar o gay na Espanha do

¹⁶ Do francês, “adequadamente” (N.T.).

¹⁷ Assumpta Sabuco y José María Valcuende. La homosexualidad como representación hiperbólica de la realidad, In: José María Valcuende y Juan Blanco (eds). *Hombres: La construcción cultural de la masculinidad*, Madrid, Talasa, 2003.

¹⁸ Oscar Guasch. *La Sociedad Rosa*, Barcelona, Anagrama, 1991.

século XXI (assumida pelos próprios gays e suas organizações), é evidente que o gay contemporâneo é uma atualização do *marica* franquista e da Transição. Com a particularidade de que atualmente a apresentação hétero-real dos gays conta com um contexto de mercado que fomenta o consumo identitário, de modo que todo gay se converteu em uma imagem de grife.

A definição de homofobia simples aplica-se somente ao período da existência da homossexualidade. Ao passo que, a homofobia complexa pode ser aplicada a um contexto muito mais amplo, constituído pelo conjunto de tradições influenciadas pelo judaísmo-cristianismo (inclusive, o islamismo), mas também por aquela etapa de vigência da homossexualidade como categoria médica. A aplicação da definição de homofobia complexa permite definir um período de mais de dois mil anos de condenação dos homens passivos em todo do mediterrâneo. Trata-se de um momento marcado por diferentes graus de pressão social para que os homens cumpram com as expectativas de gênero prescritas para eles. Nesse sentido, os desejos de escapar dos estigmas associados aos sodomitas, aos homossexuais, aos *calzonazos*, aos covardes, mas também aos gays, revelam-se eficientes para assegurar o cumprimento das normas de gênero por todos os homens.

A discriminação de gênero nos homens

Os grupos hegemônicos têm dificuldades de assumir que seus poderes produzem efeitos secundários nocivos, inclusive para aqueles que os exercem. Adequar-se aos papéis de gênero gera nos homens estresse, tensão e ansiedade, na medida em que não cumpri-los significa perda de status social. Os homens buscam entre seus pares a aprovação e o reconhecimento social derivado do cumprimento das normas de gênero. Estas se constroem em oposição aos papéis e identidades sociais dos outros (sejam estes covardes, traidores, homossexuais, imigrantes, mulheres ou poetas), limitando o desenvolvimento social e emocional dos homens. Resulta insólito argumentar que os homens sofrem de discriminação de gênero. Contudo, a afirmação não deixa de ser verdadeira. Aos homens (do mesmo modo que às mulheres) são prescritos e proibidos papéis, emoções e atitudes. O gênero discrimina os homens porque certos recursos e possibilidades sociais são menos acessíveis a eles do que às outras pessoas. Um exemplo dessa discriminação é a definição de maternidade como função biológica (e não como uma função social que se pode aprender), que gera uma visão distorcida e limitada de suas identidades e de suas possibilidades sociais.

Note-se, por exemplo, que os conceitos de gênero e de masculinidade¹⁹ são sempre utilizados para a análise da identidade dos homens, enquanto que a perspectiva de gênero aplicada à análise dos papéis e identidades das mulheres raras vezes empregam o conceito de feminilidade. Essa pirueta teórica e conceitual pretende aplicar ao estudo social dos homens os mesmos instrumentos de análise (a perspectiva de gênero) empregada para a experiência das mulheres. A consequência disso é a invisibilização das condições sociais de gênero que possibilitam a discriminação dos homens. José Antônio Lozoya nos mostra um exemplo de tal invisibilização, ao apontar que ninguém denuncia na perspectiva de gênero o fracasso escolar (próprio dos homens). O autor também se questiona se o mesmo aconteceria se tal fracasso atingisse as mulheres.

Optar pelos estudos das masculinidades permite obviar a discriminação de gênero que atinge os homens. Trata-se de uma discriminação que apresenta uma qualidade distinta daquela que afeta as mulheres, embora ambas estejam baseadas em estruturas sexistas idênticas (tanto sociais, como simbólicas). Que *calzonazos*²⁰ seja um insulto ou que *paternalista* signifique negar a capacidade de eleição de outros são exemplos de como os homens também são afetados pela linguagem sexista. Essa perspectiva sexista está presente em parte nas decisões judiciais de divórcio, que outorgam às mulheres a custódia dos filhos pelo mero fato de serem mulheres. Do mesmo modo, são formas de sexismo as tentativas de silenciar as vozes de quem revela o uso irregular das denúncias por maus tratos nos processos de separação e de divórcio, neste caso, contrária à liberdade de expressão. A discriminação sexista dos homens é relevante, inclusive, no âmbito da sexualidade. A partir de uma definição estereotipada de uma sexualidade agressiva e compulsiva, alguns atos corporais realizados pelos homens são definidos como perversos, diferente do que aconteceria se suas protagonistas fossem as mulheres.

¹⁹ David D. Gilmore. *Harcerse hombre: Concepciones culturales de la masculinidad*, Barcelona, Paidós, 1994; George L. Mosse. *La imagen del hombre: La creación de la moderna masculinidad*, Madrid, Talasa, 2000; Elisabeth Badinter. *XY: La identidad masculina*, Madrid, Alianza, 1993; Anthony Clare. *Hombres: La masculinidad en crisis*, Madrid, Taurus, 2002; Kenneth Clarrerbaugh. *Contemporary perspectives on masculinity: Men, women, and politics in modern societies*, San Francisco, Westview Press, 1990; Tereza Valdés y José Olavarría (eds). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, Santiago de Chile, FLACSO, 1998; Carolina Sánchez-Palencia y Juan Carlos Hidalgo (eds). *Masculino plural: construcciones de la masculinidad*, Lérida, Edicions de la Universitat de Lleida, 2001; Robert W. Connell. *Masculinities*, Cambridge, Polity Press, 199; Marta Segarra y Angels Carabí. *Nuevas masculinidades*, Barcelona, Icaria, 2000.

²⁰ Na Espanha, esse termo é utilizado para descrever o homem que é mandado pela mulher (N.T.).

Considerações finais

Os discursos dos homens de denúncia política do sexismo do qual sofrem são levados em conta apenas em um contexto que, de forma simplista, os homens são definidos como algozes e as mulheres como vítimas. Nossa sociedade se empenha em falar do patriarcado como se este fosse um produto criado pelos homens e com o qual as mulheres só estivessem implicadas como vítimas. O sexismo, como o poder, está em todas as partes e atravessa a sociedade de maneira transversal. As práticas, o cotidiano, os discursos de putas e de *maricas* questionam os estreitos limites que as normas de gênero preveem para homens e mulheres. Reivindicar os *maricas* e as *putas* como destinos possíveis e desejáveis é um exercício de crítica política que abre novas possibilidades de existência social do gênero. Insistir que todas as mulheres são *putas* (ainda que não cobrem por sexo) e que todos os homens são *maricas* (ainda que não sejam gays) significa ir além do sistema de gênero contemporâneo e permite transbordá-lo por suas fronteiras. Porém, ainda que qualquer sociedade democrática tenha condições de fazê-lo, aqueles que atualmente produzem discursos de gênero parecem não estarem dispostos.